

A ELITE RURALISTA NO PARLAMENTO: CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DA BANCADA QUE REPRESENTA A CLASSE PROPRIETÁRIA RURAL

Mayrá Silva Lima¹

RESUMO

O artigo traz uma análise das principais características da Bancada Ruralista na Câmara dos Deputados e sua atuação como elite política. Os dados foram obtidos através das biografias publicadas pela Câmara Federal em seu portal na internet, sendo considerada a composição da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) durante as 54^o e 55^o legislaturas. A atuação desta bancada como elite política considera não somente a sua organização numérica, mas também a mobilização de vieses capazes de impedir que interesses antagônicos ganhem espaço de deliberação política. Para exemplificar, utiliza-se as notas taquigráficas da CPMI da Terra na busca dos vieses construídos dentro do Parlamento.

Palavras-Chave: Bancada Ruralista; Frente Parlamentar da Agropecuária; Elite Política.

THE ELITE RURALIST IN PARLIAMENT: MAIN CHARACTERISTICS OF THE GROUP THAT REPRESENTS THE RURAL PROPERTY CLASS

ABSTRACT

The article presents an analysis of the main characteristics of the Brazilian Rural Parliamentary Group in the Chamber of Deputies, as well as the characteristics about its performance as political elite. The data were obtained through the biographies published by the Federal Chamber on its Internet portal, considering the composition of the Parliamentary Front of Agriculture during the 54th and 55th legislatures. The performance of this group as a political elite considers not only its numerical organization but also the mobilization of biases capable of preventing antagonistic interests from gaining space for political deliberation. As an example, the landmarks of the parliamentary investigation called 'CPMI da Terra' are used to search for biases built within Parliament.

Key words: Brazilian Rural Parliamentary Group; Parliamentary Front of Farming; Political Elite.

¹ Doutoranda do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. E-mail: mayra.lima@gmail.com

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é trazer aportes teóricos e empíricos que atualizam a caracterização dos ruralistas enquanto bancada parlamentar, numa atuação como elite política. O conceito de Elite política é aqui compreendido por meio da possibilidade de que os indivíduos ou grupos “têm de controlar ou manipular os valores sociais e políticos. Trata-se da capacidade de mobilizar vieses de forma a impedir que temas perigosos aos seus interesses e perspectivas sejam objetos de discussão e deliberação pública” (Bachrach; Baratz, 2011, p. 149).

A Bancada Ruralista – bancada parlamentar que representa e organiza os interesses da classe proprietária no meio rural enquanto elite política – possui atributos que revelam um grande número de integrantes, capacidade de capilarização e bom posicionamento em lugares importantes do Parlamento. Deste modo, trata-se de um grupo parlamentar com alta capacidade de sucesso nos resultados de sua atuação política em prol de interesses setoriais.

Concentro a análise na composição ruralista nas 54^o e 55^o legislaturas da Câmara dos Deputados. Como dado, foi considerada a lista de deputados federais que compõem a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), braço oficial da Bancada Ruralista no Congresso Nacional. Foram utilizadas as informações biográficas oferecidas pelo portal da Câmara dos Deputados na Internet, assim como as informações da atuação de cada parlamentar que participaram da FPA nas duas legislaturas em questão.

Já para a análise dos vieses mobilizados pelos ruralistas, que caracteriza a atuação como elite política, o trabalho se concentra nas notas taquigráficas das 43 sessões da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra (CPMI da Terra), ocorrida no Congresso Nacional entre os anos de 2003 e 2005. A investigação citada é um momento em que a ação da representação ruralista no Parlamento brasileiro foi mais condensada, onde foi possível estabelecer discursos que identificam quais os vieses mobilizados pela elite ruralista que possibilitam o controle de temas e valores que podem impedir que interesses antagônicos sejam objetos de debate e deliberação política.

Parto da hipótese de que a posição ruralista, no caso brasileiro, é uma construção histórica, cuja atuação no âmbito da sociedade política² possibilita a mobilização de mais recursos, ainda que na realidade representem uma parcela muito pequena na população brasileira. Dados do estudo sobre as estimativas das famílias potenciais beneficiárias de programas de assentamentos do Brasil mostram que há de mais de seis milhões de camponeses sem terras, ou agricultores familiares, frente a um total de 22 mil grandes proprietários rurais no país (Del Grossi et al., 2001). No entanto, a média de parlamentares ligados a cada grupo social corresponde a 10 e 93 congressistas respectivamente, ao tomar o período de 1995 a 2006 (Vigna, 2001; 2003).

A Bancada Ruralista é uma das mais expressivas do Parlamento brasileiro desde o seu despontar durante a Constituinte, ainda na década de 1980. No Parlamento, há uma vantagem dos ruralistas que possibilita meios formais para desmobilizar qualquer perspectiva mais pluralista em torno da agenda agrária, principalmente quando se trata da defesa do valor absoluto da propriedade da terra e, mais recentemente, do agronegócio como modelo de desenvolvimento para o meio rural.

²As referências de “Sociedade Civil” e “Sociedade Política” são tomadas a partir da teoria gramsciana. Ao definir sociedade civil e sociedade política no âmbito da teoria ampliada do Estado, teoria gramsciana permite a base para a ação de setores antagônicos que disputam por hegemonia na sociedade, independente de maiorias representativas nos espaços institucionais do Estado. As disputas por hegemonia também adentram ao campo moral, intelectual e econômico. A construção da hegemonia é organizada por uma concepção de mundo dominante, que consegue imprimir no Estado a reprodução de sua dominação (Gramsci, 1975, 1976, 1995, 2007; Portelli, 1997).

³Utilizo o conceito elaborado por Bourdieu (1974, p. 191), em que habitus são “sistemas das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes”.

É preciso reconhecer a propriedade privada da terra, enquanto um valor dominante, uma relação social que exprime identidades e antagonismos entre grupos, que determina traços culturais e políticos da sociedade brasileira. A propriedade privada da terra (Bruno, 2009) é formadora do *habitus*³ que oferece prestígio e poder de uma classe e se expressa de diversos modos que conferem uma identidade. Este apego à propriedade “escamoteia a questão da acumulação desigual de riqueza e oculta e naturaliza as relações sociais assimétricas de exercício do poder” (Bruno, 2009, p.216).

É possível ainda verificar que o agronegócio se configura como palavra política que unifica a atuação ruralista no Parlamento. Conforme Bruno (2009, p.114), a construção política da palavra agronegócio perpassa o uso de narrativas em que a dominação protagonizada por setores patronais é renovada por meio de discursos que alcançam não somente as organizações de representação na sociedade civil, mas também as representações escolhidas, ou eleitas para atuar em espaços institucionais do Estado.

O texto está dividido em três sessões: a primeira mostra de forma mais quantitativa a localização da Bancada Ruralista a partir da composição da Frente Parlamentar da Agropecuária, no entendimento de que a análise abrange não só os parlamentares ruralistas mais ligados a setores dominantes no campo, mas também sua rede de influência que inclui parlamentares que se referenciam nos ideais ruralistas de alguma forma. A segunda parte traz aspectos que mostram os ruralistas enquanto elite política a partir da análise da CPMI da Terra, enquanto exemplo de atuação considerado satisfatório aos interesses ruralistas. Por fim, o artigo traz a reflexão sobre o agronegócio como palavra política que unifica a atuação ruralista no Parlamento.

1. A BANCADA RURALISTA: CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DE UM GRUPO DE INTERESSE

No caso brasileiro, o despontar de um grupo parlamentar apoiador de grupos dominantes do campo brasileiro é visto, de forma mais qualificada nos anos 1980, sob os debates da Constituinte, como reflexo da organização do patronato rural e dos grandes proprietários de terra. Esse espaço de sociabilidade política é um importante lugar de construção de concepção de mundo, alimentado pela identidade ruralista e de poder patronal, cujo espaço de aliança não é limitado ao tema agricultura (Bruno; Carneiro; Lacerda, 2012, p. 526).

Para Vigna (2001; 2007), a Bancada Ruralista não é uma bancada partidária, mas um grupo parlamentar suprapartidário, que possui fidelidade a seus interesses comuns, não necessariamente profissionais. Ou seja, a votação unificada acontece quando a proposição pode afetar interesses comuns. Quando não, o parlamentar ‘é liberado’ para seguir as indicações partidárias. Formam um grupo de interesse que atua dentro do Estado, sendo parte do mesmo Estado, cuja ação política é favorável aos próprios interesses setoriais.

De acordo com Bruno (1997), a organização ruralista dentro do Parlamento faz parte do conjunto de estratégias que consegue: a) manter velhas práticas e objetivos de classe, com o uso de novas tecnologias e abordagens para a agricultura; b) manter presente o discurso da competência diante da sociedade e do Estado; c) manter o *ethos* da propriedade fundiária, cuja definição é relacionada ao que outorga valor social, cultural e prestígio de classe, o que lhes confere identidade social; d) manter diversas frentes de representação através da capacidade de inserção nas cadeias produtivas e no sistema de acumulação capitalista de forma a ganhar capital político suficiente para se fazer presente dentro do Estado, sendo seu poder sempre renovado.

Deste modo, ainda de acordo com Bruno (2009), a formação desta bancada parlamentar apresenta um espaço de construção de identidades e representação dos interesses das clas-

ses e grupos dominantes no campo, cuja inserção na vida política do Congresso Nacional permite também a criação de alianças com outros setores que não são necessariamente ligados à atividade rural.

Segundo o levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), órgão de assessoria parlamentar mantido por sindicatos de trabalhadores brasileiros, nas 54 e 55^o legislaturas, a Bancada Ruralista contou com 160 e 126 parlamentares, respectivamente, entre deputados federais e senadores. Mesmo que haja alguma flutuação no número de parlamentares, existente também em outras comparações é importante destacar as conquistas consideráveis desta bancada, a exemplo da aprovação da Lei de Biossegurança; a liberação dos transgênicos por meio de Medidas Provisórias; a aprovação do relatório final da CPMI da Terra, ocorrida entre os anos de 2003 e 2005, cujos resultados implicam em disputas sobre a compreensão acerca do papel e da luta de movimentos sociais, tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Outra conquista relevante da Bancada Ruralista foi a aprovação da Lei 13.465 de 2017 (Brasil, 2017), oriunda da Medida Provisória 759 editada durante o Governo de Michel Temer (agosto de 2016 – janeiro de 2019), que muda as políticas de regularização fundiária urbana e rural no Brasil. A nova legislação “abre a possibilidade concreta de inserir massivamente no mercado de terras 6.106 dos projetos de assentamento criados pelos programas de reforma agrária - 79% do total criado após 1985, totalizando mais de 37 milhões de hectares” (Leite; Sauer, 2017, p. 25).

Segundo Leite e Sauer (2017, p. 28), há uma tendência de municipalização das ações de reforma agrária, sendo possível que o Executivo Federal destine às prefeituras o cancelamento da lista de famílias que serão inseridas nos programas de reforma agrária, sendo o município o limite possível para as famílias beneficiárias. A lei ainda ampliou o Programa Terra Legal, de forma a abrir margem para regularização de terras griladas, ou mesmo que o gerenciamento seja feito por ‘laranjas’, sem nenhum vínculo efetivo com a terra (Leite; Sauer, 2017).

De acordo com Barcelos e Berriel (2009, p.16), uma das características que fundamenta a persuasão e a capacidade de convencimento da Bancada Ruralista para a aprovação de seus projetos de interesse está no seu poder de articulação e mobilização de outras bases, ou bancadas políticas. Os autores apontam que, em momentos de encaminhamentos formais na formulação de leis, decisão em comissões, ou mesmo votação no plenário, os parlamentares ruralistas se utilizam tanto do lobby, quanto da troca de favores e benefícios, por meio de uma rede de interesses entre elites do Congresso Nacional. De acordo com os autores,

(...) seus laços de cooperação e reciprocidade a outras bancadas políticas sustentam sua vitalidade e confiança institucional. Sua alta capilaridade política, não se faz pelo número absoluto de seus parlamentares, mas na habilidade de construir novas alianças, novas relações institucionais e novos códigos de conduta e fidelidade a outras bancadas ou grupos de interesse. Sua aproximação com diferentes partidos não é a ausência de ideologia, mas um diferencial político, uma estratégia de convencimento e simpatia, uma forma de ilustrar sua “sensibilidade” frente às diversas questões de seu interesse” (Barcelos; Berriel, 2009, p.17).

Ainda de acordo com Barcelos e Berriel (2009, p. 18), outra característica importante que operacionaliza a ação ruralista dentro do Parlamento é a ocupação de postos e cargos estratégicos, seja em comissões temáticas, seja na mesa diretora da Câmara Federal. Isto possibilita um controle das instâncias de tramitação de projetos e programas voltados para as políticas públicas para o meio rural. Neste sentido, há a facilidade de aprovação de projetos de interes-

se e o ‘engavetamento’ de projetos que consideram desnecessários, que não atendem a seus interesses (Barcelos; Berriel, 2009, p. 18).

Ao analisar o perfil da Bancada Ruralista a partir da lista dos integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), conforme já anunciado, é preciso considerar que se a Bancada Ruralista - enquanto grupo informal – integra a FPA, não necessariamente todos os integrantes da Frente podem ser considerados ruralistas por seus interesses diretos. No entanto, a lista de participantes da FPA nos revela a capacidade da Bancada Ruralista em capilarizar a influência de seus interesses, ainda que a principal atuação do parlamentar não seja referente ao setor agrário e agrícola. Para este artigo, os dados se concentram na Câmara dos Deputados, devido ao maior número de participantes, ainda que seja preciso reconhecer que há parlamentares emblemáticos que ocupam/ocuparam o cargo de Senador.

Nas legislaturas dos anos de 2011 a 2015 (54º legislatura) e dos anos 2015 a 2019 (55º legislatura), os membros integrantes da FPA foram de 191 e 228 deputados federais, além de 11 e 27 senadores, respectivamente. Tomando somente a Câmara dos Deputados, os ruralistas da 55º legislatura incluíram na FPA mais 157 deputados, inclusive o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha que, apesar de ser veterano na Câmara, não participava da Frente na legislatura anterior. Do total de integrantes da FPA na 55º legislatura, 65 deputados estavam exercendo o seu primeiro mandato. O crescimento do número de integrantes da FPA mostra a capacidade que a mesma Bancada Ruralista tem de arregimentar parlamentares para a organização de sua pauta, ainda que o parlamentar não seja um ruralista ‘por natureza’.

Chama a atenção para a quantidade de parlamentares ruralistas que se declaram empresários e advogados, ou mais de uma profissão. Na 54º legislatura, 35 parlamentares da Câmara dos Deputados se disseram advogados/as, 35 empresários/as, 31 se declararam médicos/as, cinco se declaram industriais, um se declarou delegado de polícia. Já em profissões ligadas à área rural, as principais profissões registradas por número de parlamentares foram:

Tabela 1: Principais profissões registradas pelos ruralistas da 54º legislatura

| | |
|---------------------------------------|----|
| Pecuarista ou agropecuarista | 16 |
| Engenheiro/a agrônomo/a ou agrônomo/a | 13 |
| Produtor/a rural | 8 |
| Agricultor/a | 8 |
| Médico/a veterinário/a | 6 |
| Empresário/a rural | 4 |
| Agricultor/a familiar | 3 |
| Técnico/a em agropecuária | 2 |
| Agrimensor/a | 1 |

Fonte: Câmara dos Deputados

Na 55º legislatura, 42 parlamentares da Câmara registraram em sua biografia serem empresários/as e 40 se declararam advogados/as. Foram identificados 31 professores/as, 26 médicos/as, além de três parlamentares que ocupam cargos de polícia. Quanto às profissões ligadas à área rural, as principais profissões registradas na 55º legislatura por número de parlamentares foram:

Tabela 2: Principais profissões registradas pelos ruralistas da 55ª legislatura

| | |
|---------------------------------------|----|
| Pecuarista ou agropecuarista | 11 |
| Engenheiro/a agrônomo/a ou agrônomo/a | 10 |
| Produtor/a rural | 5 |
| Agricultor/a | 3 |
| Médico/a veterinário/a | 3 |
| Agricultor/a familiar | 2 |
| Técnico agrícola | 1 |
| Técnico em Meio Ambiente | 1 |
| Extensionista Rural | 1 |

Fonte: Câmara dos Deputados

Outro dado importante diz respeito aos cargos ocupados dentro da estrutura da Câmara dos Deputados por integrantes desta Frente. Nas duas legislaturas em questão, todos os presidentes da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados fizeram parte da FPA. Outros integrantes ainda ocuparam lugares na mesa diretora da Câmara, ou foram presidentes ou vice-presidentes de comissões temáticas. Na 54ª legislatura, 87 deputados federais ocuparam algum cargo de presidência, ou vice-presidência de comissões temáticas. Já na 55ª legislatura 106 parlamentares ocuparam estas posições, além de nove deputados que ocuparam cargos na Mesa Diretora da Câmara - como titulares, ou suplentes - cinco ocuparam cargos na Procuradoria Parlamentar (duas parlamentares na Procuradoria da Mulher), um na Corregedoria e um na Ouvidoria Parlamentar.

1.1 Participação em comissões temáticas, filiação partidária, estado e composição por gênero

No que diz respeito aos temas de interesse, é recorrente a hipótese de que a atividade agrícola e a questão agrária sejam temas praticamente exclusivos. No entanto, é possível verificar que os parlamentares integrantes da FPA e ligados à Bancada Ruralista atuam em outras áreas e procuram ocupar todas as comissões temáticas da Câmara, principalmente as consideradas mais táticas aos seus interesses, ou de maior visibilidade política, como é o caso da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) e a Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

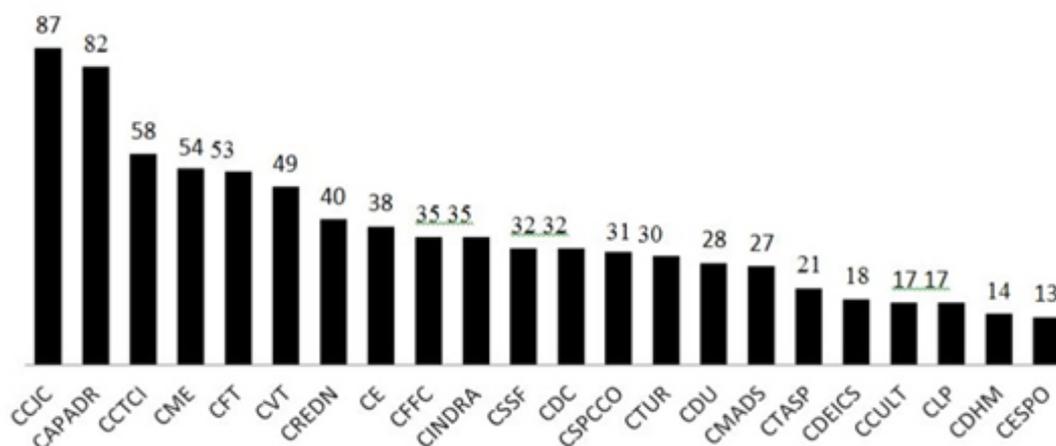
Os gráficos 1 e 2 nos dão a amplitude e a diversidade de atuação destes parlamentares. A contagem foi realizada com a ajuda do programa Excel e feita por meio da compilação das participações do parlamentar em comissão, sendo ele titular, ou suplente, durante os quatro anos da legislatura. Há casos em que a participação do parlamentar numa determinada comissão acontece por mais de um ano. Como o dado aferido não é a quantidade de vezes de participação, mas a presença na comissão, não houve a duplicação da contagem. No entanto, é importante lembrar que um mesmo parlamentar pode participar de quantas comissões ele achar necessário diante das vagas destinadas aos blocos parlamentares formados, ou mesmo trocar de comissão em qualquer momento em que for solicitado, ou se for de seu interesse.

A CAPADR, como esperado, é uma das comissões que mais mobiliza a participação ruralista e de sua frente parlamentar. No entanto, é na CCJC que há a maior participação de ruralistas. A característica desta comissão justifica a procura para integrar seus quadros. A CCJC

verifica a constitucionalidade, ou não, de projetos, sendo sempre a última comissão a apreciar obrigatoriamente qualquer projeto que perpassa pela Câmara dos Deputados.

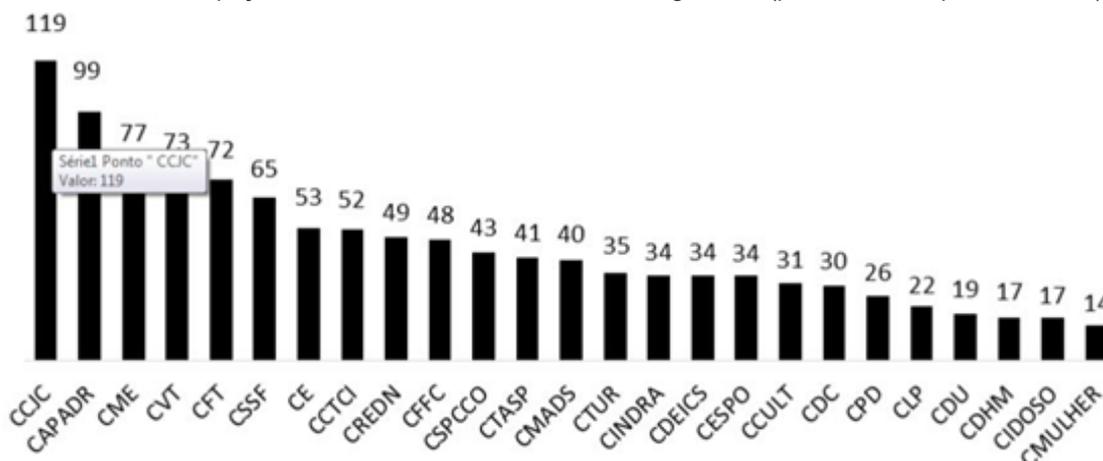
Seguindo a linha de pesquisas anteriores (Bruno, 2009; Barcelos; Berriel, 2009), a participação em comissões consideradas mais próximas a movimentos sociais, ou a organizações civis de trabalhadores, tais como a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) e a Comissão de Legislação Participativa (CLP) são muito baixas. Nas duas legislaturas analisadas, ambas as comissões tiveram entre 1% a 2% do total de participações em comissão de toda a FPA. Menor ainda é a participação ruralista nas comissões recém-criadas pela Câmara dos Deputados na 55ª legislatura: a Comissão dos Direitos da Mulher (CMULHER) e a dos direitos dos idosos (CIDOSO) só tiveram a participação de 1% da FPA.

Gráfico 1: Participação nas Comissões Temáticas - 54ª legislatura (por número de parlamentares)



Fonte: Câmara dos Deputados

Gráfico 2 - Participações nas Comissões Temáticas - 55ª Legislatura (por número de parlamentares)



Fonte: Câmara dos Deputados

COMISSÕES TEMÁTICAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

CAPADR - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

CCTCI - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

CCULT - Comissão de Cultura

CDC - Comissão de Defesa do Consumidor

CMULHER - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

CIDOSO - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

CPD - Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência

CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano

CDEICS - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

CDHM - Comissão de Direitos Humanos e Minorias

CE - Comissão de Educação

CESPO - Comissão do Esporte

CFT - Comissão de Finanças e Tributação

CFFC - Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

CINDRA - Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia

CLP - Comissão de Legislação Participativa

CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

CME - Comissão de Minas e Energia

CREDN - Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família

CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

CTUR - Comissão de Turismo

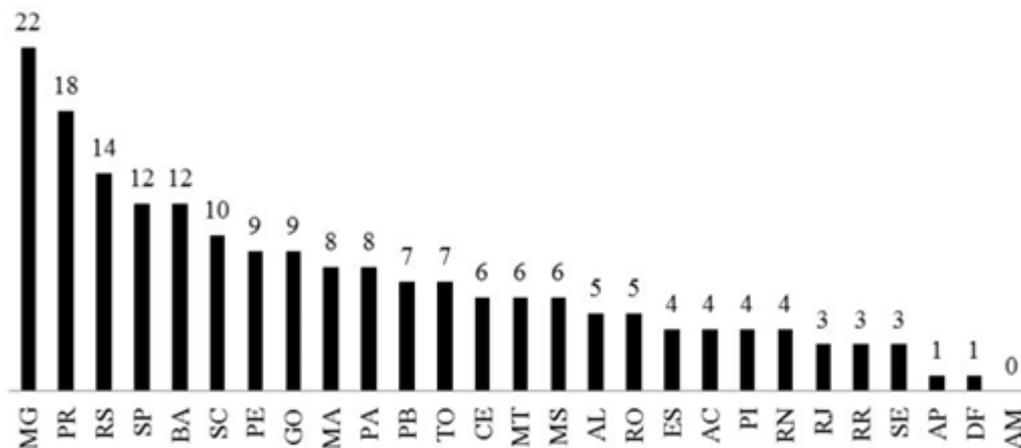
CVT - Comissão de Viação e Transportes

O PT, ao contrário do que se poderia supor, também possui representantes na FPA, apesar da tendência de redução da participação deste partido na composição da Frente, conforme aponta o gráfico 4. Se na 54^o legislatura, 12 deputados/as aderiram à FPA, na legislatura seguinte este número cai para seis. No caso do PT, em que os parlamentares tendem a ter ligação direta com movimentos sociais de luta pela terra, a adesão de deputados à FPA pode ser vista como uma tentativa de diálogo com este setor dominante no campo. No entanto, reconheço que é preciso ainda uma investigação mais qualitativa das trajetórias e outras participações destes parlamentares para confirmar a hipótese.

Os dados sobre participação partidária ainda mostram que parlamentares oriundos de partidos como o PP e o PR, que compunham a coalização partidária que dava sustentação aos governos do PT, também possuem número expressivo de parlamentares referenciados à Bancada Ruralista.

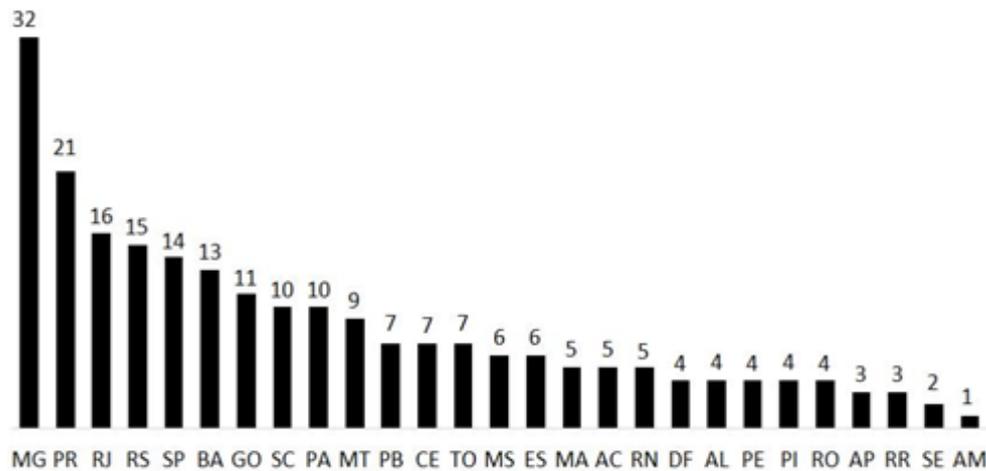
Quanto aos estados da Federação, Minas Gerais é o que mais arregimenta ruralistas para o conjunto da sua representação, seguido do estado do Paraná nos dois períodos analisados. Dentre os 53 deputados federais que tem direito, os mineiros elegeram 22 deputados que se filiaram à FPA na 54^o legislatura. Já na 55^o legislatura, esse número aumenta para 32 deputados/as federais. Os paranaenses são representados por 30 deputados, sendo que 54^o legislatura, 18 eram na FPA. Na 55^o legislatura esse número sobe para 21 parlamentares.

Gráfico 5: Distribuição da FPA por estado 54^o legislatura



Fonte: Câmara dos Deputados

Gráfico 6: Distribuição da FPA por estado 55ª legislatura



Fonte: Câmara dos Deputados

Por fim, é possível afirmar que os ruralistas no parlamento formam uma bancada masculina, ao menos nas duas últimas legislaturas. Na 54ª legislatura, apenas 10 mulheres compuseram a FPA, enquanto que na 55ª legislatura, 14 mulheres compõem a Frente Parlamentar. Por outro lado, a Bancada Ruralista conta com mulheres emblemáticas, tais como a senadora Kátia Abreu (PDT-TO), que é produtora rural no estado do Tocantins, foi deputada federal pelo partido DEM, senadora pelo PMDB, atualmente está filiada ao PDT. Ela ainda presidiu a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) no período de 2008 a 2011, sendo reconduzida em 2014.

A senadora Kátia Abreu integrava a FPA na 54ª legislatura, mas, no início da 55ª legislatura, assumiu o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do governo Dilma Rousseff (PT). A deputada Tereza Cristina (DEM-MS), que chegou a coordenar FPA durante a 55ª legislatura, tornou-se ministra da Agricultura do Governo de Jair Bolsonaro (PSL).

2. OS RURALISTAS E SUA ATUAÇÃO COMO ELITE POLÍTICA

O reconhecimento da posição da Bancada Ruralista na Câmara dos Deputados abre a discussão sobre o poder desta bancada na tramitação política de seus interesses. Bachrach e Baratz (2011) propõem que os pesquisadores devem prestar atenção ao que chamam de “face invisível do poder”, ou seja, na capacidade de que os indivíduos ou grupos “têm de controlar ou manipular os valores sociais e políticos” (Bachrach; Baratz, 2011, p. 149).

Segundo os autores, o poder pode ser exercido quando A participa da tomada de decisão que afeta B. Mas o poder também pode ser verificado quando A se mobiliza de forma a garantir valores sociais e políticos de práticas institucionais que limitem o escopo do processo político presente na arena pública somente a temas que interessam ao mesmo A. Como afirmam Bachrach e Baratz (2011, p. 151), se A obtém o sucesso disso, impede que B leve ao espaço público temas que possam ser prejudiciais aos interesses de A. Isso mostra um desenho em que uma organização política pode ter um viés, onde determinados conflitos são priorizados em detrimento, ou a partir da supressão de outros temas, sendo eles organizados e mobilizados a partir das instituições políticas, ou fora delas.

O que Bachrach e Baratz (2011, p. 153) mostram é esta face do poder que deve ser considerada nas análises dos valores dominantes e dos mitos, rituais e instituições políticas que tendem a favorecer os interesses organizados de um ou mais grupos. Ou seja, desloca-se a pergunta sobre ‘quem domina?’ e sobre ‘alguém tem poder?’ para uma investigação da mobiliza-

ção de viés da instituição e quais os grupos são beneficiados por isso, em detrimento, ou não, de outros.

É possível afirmar que os ruralistas conseguem influenciar a tomada e a não tomada de decisões de políticas para políticas públicas para o campo brasileiro mediante sua alta organização parlamentar. Isto é feito a partir da manutenção da defesa da propriedade como princípio fundamental, principalmente no que se refere ao direito à terra (Bruno, 2009).

Considerando a histórica influência ruralista no Estado e as diferenças de representação nos espaços de deliberação política, a atuação enquanto elite política dos ruralistas pode ser considerada mais complexa que a conquista de uma maioria capaz de deliberar interesses próprios. Há a capacidade de exclusão de interesses conflitantes, muitos deles pautados por movimentos sociais que lhe são antagônicos, além da mobilização de vieses que beneficiam aos próprios ruralistas, a partir da supressão de outros temas e interesses, sendo eles organizados e mobilizados a partir das instituições políticas, ou fora delas.

Os vieses mobilizados possibilitam ainda a articulação de alianças com outros atores políticos, mesmo que não sejam diretamente interessados em temas rurais, ou mesmo sejam produtores rurais. No atual contexto do capitalismo mundial, da não separação do capital produtivo do capital financeiro e do próprio agronegócio, não há como distinguir os interesses do empresariado dos interesses dos proprietários de terra que, em muitos casos, formam um mesmo segmento do capital, ou um mesmo conjunto de atores.

Desta forma, mobilizar vieses de modo que eles sejam efetivos politicamente pode possibilitar a manutenção e renovação dos interesses ruralistas nos espaços de deliberação política. Para exemplificar, recorro às notas taquigráficas das 43 sessões da CPMI da Terra, ocorridas entre os anos de 2003 a 2005. A escolha desta CPMI como unidade de análise se justifica diante dos debates e disputas sintetizados acerca da questão da estrutura fundiária do Brasil e a atuação de movimentos sociais de luta por terra e território, atores considerados antagonistas dos ruralistas.

O primeiro viés mobilizado trata da importância dos movimentos sociais enquanto ator político legítimo em uma sociedade democrática. Reconhecer que os movimentos sociais são atores políticos significa incluí-los como vozes políticas dentro de um cenário democrático. Durante a CPMI da Terra, os ruralistas acompanharam a tendência de que a sociedade civil se articula através de uma estrutura jurídica determinada pelo Estado. Para eles, a importância da representação jurídica e financeira é fundamental para a responsabilização direta do indivíduo, não reconhecendo assim o sujeito coletivo que esteja fora do modelo ruralista de representação.

O segundo viés mobilizado está no estabelecimento da competência de quem é protagonista do desenvolvimento rural. A CPMI mostra o questionamento a repasses do Estado a outras entidades que são caracterizadas como antagônicas a partir do discurso da competência da gestão do dinheiro público e da vocação para o trabalho no campo. Foi o caso da quebra do sigilo bancário de entidades ligadas aos movimentos sociais, em especial o MST, tais como a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA) e a Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) como tentativa de comprovação da origem financeira, no caso, do MST. Por outro lado, o pedido do sigilo bancário da União Democrática Ruralista (UDR), uma das organizações do patronato rural brasileiro, foi negado pela sua origem. “Como vamos quebrar o sigilo de um cidadão que preside uma entidade legal, constituída dentro da lei, à luz do dia, só porque não gostamos dessa entidade. É o fim da picada!” (Deputado Federal Abelardo Lupion, integrante da Bancada Ruralista, 28^o sessão da CPMI da Terra, em 06 de abril de 2005 ao defender o presidente da UDR).

O terceiro viés mobilizado está no questionamento da legalidade e da legitimidade dos movimentos sociais de luta pela terra. O resultado desta articulação, que trouxe dispositivos legais editados ainda no regime civil-militar brasileiro, foi a criminalização dos movimentos sociais que lutam por reforma agrária a partir de formas de protesto que incluam ao questionamento da propriedade da terra. A intenção é fazer com que ações e pessoas sejam vistas e julgadas (pela opinião pública e pelas instituições políticas) como criminosas, ou seja, como ações realizadas à margem da lei e da ordem (Sauer, 2010).

Neste sentido, movimentos sociais que se utilizam da ocupação de terras como forma de protesto podem ser questionados na sua legalidade e, por consequência, sua legitimidade enquanto atores políticos. No voto do Deputado Federal Abelardo Lupion, vencedor na CPMI da Terra, chama a atenção o Projeto de Lei que configura como ato terrorista as formas de protesto que incluam a ocupação, saques, depredações “com o fim de manifestar inconformismo político ou de pressionar o governo a fazer ou deixar de fazer alguma coisa” (Lupion, 2005). Propõe ainda que a punição seja feita sob a Lei de Segurança Nacional (Lei nº 7.170, de 1983), por que afeta “a ordem constitucional estabelecida, a integridade territorial, o regime representativo e democrático e o Estado de Direito” (Lupion, 2005).

Esse conjunto de vieses revelam as formas a partir do qual os ruralistas tentam invisibilizar, ou suprimir temas que, provenientes de setores antagônicos, vão de encontro aos interesses desta elite, principalmente no que tange à preservação da propriedade da terra.

3. O AGRONEGÓCIO COMO NOVA PALAVRA POLÍTICA

Bruno, Carneiro e Sevá (2009, p.132) afirmam que é possível falar em “tempo do agronegócio”. Os autores partem do suposto da existência de um processo de renovação da representação rural, que é expresso pela ampliação e diversificação de espaços formais de representação, além da construção de uma nova linguagem de legitimação e novas práticas políticas. Nisto, os indícios coletados pelos autores, a partir de entrevistas e declarações de associações patronais, mostram que 1) a representação dos interesses está cada vez mais próxima das lideranças patronais rurais e do agronegócio; 2) há a decisão de uma maior presença na grande política institucional e 3) há a tentativa de aglutinação de diferentes forças sociais e políticas em torno de objetivos comuns.

Segundo Bruno (2009), é a palavra agronegócio que tem se constituído como a nova palavra política que unifica os setores dominantes no campo, ainda que haja diferenças entre o conjunto ruralista que abrange setores que atuam ‘por dentro das porteiras da fazenda’. Conforme Bruno (2009, p.114), há a preocupação em construir, por meio da institucionalização de interesses e o fortalecimento da representação nos espaços de poder, a palavra agronegócio como um organizador coletivo que une as elites ruralistas, em torno de descrições que igualam o agronegócio à modernidade, à geração de riquezas, ao sucesso, a um “novo modelo de desenvolvimento que atende aos interesses e às necessidades de toda a sociedade” (Bruno, 2009, p.114). Essas narrativas são somadas à crença na ausência de alternativas ao agronegócio, na desvalorização de qualquer modelo concorrente e no “imperativo de uma maior institucionalidade e da construção de novos espaços de representação, mediação de interesses” (Bruno, 2009, p.114).

O termo ‘agronegócio’ descreve o conjunto das atividades de produção e distribuição de produtos agropecuários, submetendo a agricultura às regras do capital, sob a força da exportação de commodities, comercializadas predominantemente na Bolsa de Mercadorias e Futuros, além da aliança com empresas transnacionais. Do ponto de vista econômico, Delgado (2013,

p. 63) afirma que o boom das exportações de produtos agrícolas e agroindustriais no Brasil - como meio de reorganizar a política econômica externa tendo em vista a geração de saldos comerciais de divisas a qualquer custo diante da crise cambial do ano de 1999 - pode ser identificado como o início da reestruturação econômica da economia do agronegócio, vinculado à expansão mundial das commodities. Essa reestruturação requer uma ação concertada do Estado.

Forja-se, ainda segundo Delgado (2013), um modelo baseado na acumulação de capital no âmbito de setores identificados com o agronegócio, um sistema de relações de produção das cadeias agroindustriais com a agricultura, mas sustentados com o dinheiro público, por meio de sistemas de crédito e ainda alavancado pelo mercado de terras (renda fundiária). Esse novo estilo de capitalismo agrário funciona “à margem da função social e ambiental da propriedade fundiária, conceito criado pelo Estatuto da Terra e completamente ignorado pela política agrícola do período” (Delgado, 2013, p. 62).

Deste modo, Delgado (2013, p. 61) propõe a leitura da economia do agronegócio como um “pacto de poder”, mediante a construção hegemônica da grande propriedade fundiária, as cadeias agroindustriais ligadas ao setor externo e das burocracias de Estado (ligadas ao dinheiro e a terra), que tem em vista “realizar um peculiar projeto de acumulação de capital pelo setor primário” e que possui “centralidade no sistema econômico, diferentemente da subsidiariedade à industrialização, como fora no passado” (Delgado, 2013, p. 61). Esse projeto atravessa, com completa aderência, ao menos seis mandatos presidenciais finalizados: segundo mandato Fernando Henrique Cardoso, os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, o primeiro e o segundo mandato (interrompido) de Dilma Rousseff e de Michel Temer.

É marcante a tentativa de se estabelecer um consenso em torno do agronegócio como modelo de desenvolvimento que integra, inclusive, os modelos de agricultura familiar e, até mesmo, a reforma agrária, dentro de áreas ociosas e improdutivas (Bruno, 1997). Isto acontece, em grande parte, em decorrência dos interesses brasileiros no comércio exterior e a geração de superávits em torno das comercializações advindas do agronegócio e que incide no conjunto das políticas públicas e no senso comum de toda a sociedade.

A CPMI da Terra também revela a construção do agronegócio como palavra política unificadora de um setor, diluindo questões de classe ainda bastante latentes no campo brasileiro. Ao tomar novamente as notas taquigráficas da CPMI, segundo o discurso ruralista, o agronegócio é o organizador coletivo, o consenso para os conflitos existentes no campo brasileiro, que gera unidade e a não divisão do setor em classes. A intervenção do então deputado federal Ronaldo Caiado é exemplificadora: “Quais são os nossos adversários? São aqueles que querem ver uma luta de classe; são os que querem ver exatamente uma desagregação do setor produtivo primário” (Deputado Federal Ronaldo Caiado, integrante da Bancada Ruralista, 5º sessão da CPMI da Terra, em 01 de abril de 2004. Grifos meus).

Segundo Bruno (2009, p.126), a vitória ideológica do agronegócio é a de ter diluído a questão da terra. O modelo, ao não questionar a expressiva concentração de terras no Brasil, tende a invisibilizar a questão fundiária ao tratar a reforma agrária como algo que pode se entender ao próprio agronegócio. Deste modo, todos fazem parte de um mesmo conjunto social, que sustenta a economia do país e por isso fundamental para toda a sociedade, conforme indicou a então deputada federal Kátia Abreu durante a CPMI.

Então, não é só a indignação do setor rural, mas a indignação de todo o povo brasileiro, que hoje já preserva e se preocupa com esse setor, com esse agronegócio, porque é quem está segurando a “barra” do nosso Governo, das nossas exportações, da nossa balança comercial” (Deputada Federal Kátia Abreu, integrante da Bancada Ruralista, 6º sessão da CPMI da Terra, em 13 de abril de 2004. Grifos meus).

O discurso em favor do agronegócio não elimina o ethos da propriedade fundiária. Ou seja, o discurso da modernização da agricultura através do agronegócio não acompanha uma mudança no que se refere aos privilégios e cultura construída sob a égide da propriedade da terra. Pelo contrário, é o que faz o setor patronal rural conviver com a estrutura agrária existente e desconstruir qualquer culpabilidade deste setor com infrações aos direitos humanos ou ao meio ambiente, como indicado a seguir:

Este País e o Presidente da República festejam os US\$35 bilhões de superávit na balança comercial do ano passado. Muito se deve às novas fronteiras agrícolas deste País. Produtores rurais, verdadeiros heróis que desbravaram fronteiras, como no seu Estado. (...) Então, não é justo que se incrimine como trabalho escravo, como se fossem pessoas que estão deturpando a sociedade” (Deputado Federal Luis Carlos Heinze, integrante da Bancada Ruralista, 39º sessão da CP-MI da Terra, em 01 de junho de 2005. Grifos meus).

É o exercício de poder enquanto elite política, diante de relações desiguais de representação e recursos, que possibilita a hegemonia deste setor, sendo fundamentais a aliança e as intersecções com o Estado para a construção de regulações que beneficiam os interesses setoriais desta bancada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como bem disseram Barcelos e Berriel (2009, p. 10), é no mínimo curioso que em um país, como o Brasil, cuja narrativa da ‘vocação agrícola’ e da ‘tradi o rural’ são recorrentes, haja poucos aportes teóricos e pesquisas que analisem a constitui o dos ruralistas, bem como as formas pelas quais se inserem em canais institucionais do Estado. Este artigo   uma reflexão de forma a contribuir com aportes teóricos e dados empíricos acerca deste setor enquanto elite política.

Bem localizados em seus interesses, os ruralistas não são têm vantagens no que diz respeito   mobiliza o de recursos financeiros, mas também recursos políticos através da constru o de maiorias em espaços de representa o e delibera o política, como   o caso do Parlamento. O que acontece ao longo da história   uma atualiza o de mecanismos, a depender do contexto político, para a garantia de manuten o de poder.

Enquanto elite política   preciso considerar as duas faces do poder, que entende a possibilidade de grupos possuirem capacidade não são de produzir resultados deliberativos que atendam a interesses próprios, mas também de mobilizar vieses que dificultam a entrada de temas que não interessam, pressupõe conflitos que podem estar vinculados a diversas rela es de domina o, o que torna central a desigualdade de classe como um eixo de análise.

Neste sentido, a atua o ruralista enquanto elite política dentro do Parlamento   articulada a partir de sua posi o enquanto proprietários de terra. Os vieses mobilizados são construídos de forma que sejam compreendidos como compreensões a serem adotadas dentro – e fora – dos espaços de delibera o política e institucional. A propriedade da terra   fator que orienta a posi o que   dominante no campo diante de recursos materiais e simbólicos desiguais frente a uma grande quantidade de trabalhadores/as sem-terra, ou mesmo pequenos agricultores/as. Por outro lado, o agronegócio, enquanto um modelo de desenvolvimento para o campo que não questiona a grande propriedade dentro do sistema democrático, configura-se como o organizador político da Bancada Ruralista no Congresso Nacional.

Para Barcelos e Berriel (2009, p.20), o Poder Legislativo é coautor e protagonista do discurso ruralista. Este espaço institucional possibilita uma construção de uma legitimidade institucional da ideologia patronal, suas lógicas operacionais, práticas e interesses. Isto se realiza como discurso hegemônico, num binômio Estado - Bancada que pretende alcançar uma universalidade, uma visão do agrário sob a ótica do Estado, cuja visão é a dos dominantes.

A compilação dos dados que mostram características mais quantitativas dos parlamentares ruralistas revela que estamos tratando de uma maioria parlamentar masculina, não necessariamente de produtores rurais, ou diretamente envolvidos com profissões ligadas à área agrária, que se esforça para ocupar espaços estratégicos da Câmara dos Deputados, inclusive por meio de cargos importantes.

No entanto, é preciso deixar esse mapa mais robusto, com informações sobre, por exemplo, a atuação nas comissões especiais e temporárias, a participação com organizações da sociedade civil, o desenvolvimento da carreira política, além do aumento do número de parlamentares no Senado Federal. Esses apontamentos ajudam a direcionar a pesquisa e compreender a sociabilidade deste setor que, cada vez mais, consegue eleger representantes para espaços de decisão política, tal como é o Parlamento.

Estes dados, somado às narrativas expostas em momentos que possam sintetizar a atuação ruralista no Parlamento, oferecem uma agenda de pesquisa, com o objetivo de estabelecer os vieses mobilizados que integram o conjunto dos interesses ruralistas.

REFERÊNCIAS

BACHRACH, P; BARATZ, M. Duas faces do poder. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v.19, n.40, p.149-157, out. 2011.

BARCELOS, E; BERRIEL, M. Práticas Institucionais e Grupos de Interesse: A geograficidade da Bancada Ruralista e as estratégias hegemônicas no Parlamento Brasileiro. In XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA, 2009, São Paulo. Anais. São Paulo, 2009. Anais. Disponível em http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Barcelos_EAS.pdf. Acesso em julho de 2018.

BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BRASIL, Presidência da República. Lei 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana [...]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm Acesso: 15 de maio de 2018.

BRUNO, R. Senhores da Terra, Senhores da Guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária- UFRRJ, 1997.

_____, Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder.

Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, Rio de Janeiro: EDUR, 2009.

BRUNO, R; LACERDA E; CARNEIRO, O. Organizações da classe dominante no campo. In CALDART, R; PEREIRA, I.; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro e São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Expressão Popular, 2012. p. 519-532.

BRUNO, R.; SEVÁ, J.; CARNEIRO, O. Agronegócio e representação de interesses In BRUNO, R. Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, Rio de Janeiro: EDUR, 2009.

DELGADO, G. Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. *Revista Reforma Agrária*. Campinas, p. 61-68, edição especial de julho, 2013.

_____. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio. Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: UFRGS, 2012.

DEL GROSSI, M.; GASQUES, J.; SILVA, J.; CONCEIÇÃO, J. Estimativas das famílias potenciais beneficiárias de programas de assentamentos rurais no Brasil In GASQUES, J.; CONCEIÇÃO, J.C.PR (eds), Transformação da agricultura e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2001.

DIAP. Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2011-2015. Edição nº 5, Ano V. Brasília, 2010.

_____. Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015- 2019. Edição nº 6, Ano VI. Brasília, 2014.

FERRAZ, A. Conflito entre poderes: o Poder Legislativo de sustar atos normativos do Poder Executivo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marcos Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

_____. Concepção Dialética da História. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Tradução: Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. Cadernos do cárcere: introdução ao estudo da filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LEITE, A.; SAUER, S. Medida Provisória 759: Descaminhos da Reforma Agrária e Legalização da grilagem de terras no Brasil. Revista Retratos dos Assentamentos. v. 20, nº1. p. 14-40, 2017.

LUPION, A. Relatório dos Trabalhos da “CPMI da Terra”. Voto em Separado. Senado Federal, 2005

MENDONÇA, S. O Ruralismo Brasileiro (1988-1931). São Paulo: Hucitec, 1997.

PORTELLI, H. Gramsci e o Bloco Histórico. Tradução: Angelina Peralva. 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SANDOVAL, O. CPI ao pé da letra. Campinas: Millennium, 2001.

SAUER, S. Terra e Modernidade: a reinvenção do campo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SENADO FEDERAL. CPMI da Terra. Notas Taquigráficas. Senado Federal, 2005

SOARES, J. O que faz uma CPI. Brasília: Edições Câmara, 2009.

VIGNA, E. Bancada Ruralista: um grupo de interesse. Argumento nº 8. Brasília: INESC, 2001.

_____. Bancada Ruralista: o maior grupo de interesse do Congresso Nacional. Brasília: INESC, 2007.